

Ministros pedem apoio para aprovar reformas este ano

Palocci disse que “queda da inflação tem de ser para valer”

Sérgio Prado
de Brasília

Os ministros da Fazenda, Antônio Palocci Filho, e do Planejamento, Guido Mantega, passaram a tarde de ontem na Câmara dos Deputados para explicar a política econômica do governo. Aproveitaram para reforçar que as reformas da Previdência e fiscal são essenciais e pediram a parceria do Congresso no debate – e votação das propostas ainda neste ano. “Elas são fundamentais para a promoção da justiça social”, argumentou Palocci. E disse que sem elas não há condições para a queda dos juros. Ambos participaram da reunião conjunta das comissões de Orçamento, Tributação e Finanças.

Palocci ressaltou que apesar da iminência da guerra no Iraque, o governo vai se esforçar para que os indicadores brasileiros continuem reagindo bem. “Vamos trabalhar para que continuem assim. O queda da inflação precisa ser para valer.” O ministro explicou ainda que, apesar de uma meta maior de inflação incluída na revisão do acordo com o FMI, o governo mantém internamente o teto de 8,5%.

Ao bater na tecla de que as mudanças são molas para a retomada do crescimento da economia, distribuição de renda e geração de



Antonio Palocci

são de Assuntos Econômicos do Senado, Palocci e Mantega usaram motes semelhantes. Além das mudanças na área previdenciária e tributária, eles enfatizam a importância da votação da autonomia do Banco Central e da nova Lei de Falências como prioridades. Essa tática de levar os ministros ao Legislativo para defender as reformas fez Ricardo Berzoini (da Previdência) ontem a comparecer a outra comissão especial da Câmara (veja texto nesta página).

Cortes no Orçamento

Durante o debate, a discussão dos cortes do Orçamento da União de R\$ 14 bilhões acabaram sobre-

ros (PPB-PR) e Vladimir Costa (PMDB-PA), reclamaram dos cortes feitos, muitos deles em projetos de emendas de parlamentares.

Guido Mantega disse que os recursos serão liberados só se a arrecadação aumentar, pois seu “compromisso é colocar o País nos trilhos” sem aumento de tributos. Para Palocci o Congresso deve colaborar no debate da Lei de Diretrizes Orçamentárias. “É preciso que o Brasil seja capaz de construir orçamentos equilibrados”. Apesar das reclamações pela liberação das verbas, os congressistas em sua maioria concordam que a rubrica “restos a pagar” deveria ter sido cumprida em 2002.

Superávit e mínimo

Obrigatórias em qualquer encontro desse tipo, não poderiam faltar no cardápio críticas da oposição ao superávit primário de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB), estimado em R\$ 1,6 trilhão. Tucanos e pefeлистas o consideram excessivo, como disse o deputado Pauderney Avelino (PFL-AM). Junto com Alberto Goldman, cobrou também a definição do novo salário mínimo. Pela correção inflacionária prevista no Orçamento aprovado no ano passado iria de R\$ 200 para R\$ 234,00.